

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS - FUCAPE**

CRISTIANE SANTOS LIBARINO

**O PROCESSO DE APRENDIZAGEM SOCIAL DE UM TERRITÓRIO
DE IDENTIDADE**

**VITÓRIA
2016**

CRISTIANE SANTOS LIBARINO

**O PROCESSO DE APRENDIZAGEM SOCIAL DE UM TERRITÓRIO
DE IDENTIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas, na Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração – Nível Acadêmico.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Juliana d'Angelo.

**VITÓRIA
2016**

CRISTIANE SANTOS LIBARINO

**O PROCESSO DE APRENDIZAGEM SOCIAL DE UM TERRITÓRIO
DE IDENTIDADE**

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado Acadêmico em Administração de Empresas da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração de empresas.

Aprovado em 19 de setembro de 2016.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dra. Márcia Juliana d'Angelo

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças
(FUCAPE)

Orientador

Prof. Dr. Sergio Augusto Pereira Bastos (FUCAPE)

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças
(FUCAPE)

Prof. Dr. Valcemiro Nossa (FUCAPE)

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças
(FUCAPE)

AGRADECIMENTOS

À Deus, primeiramente, pela minha vida.

Aos meus pais, Joaquim Libarino e Maria Célia Libarino, que são minha fortaleza, meu porto seguro.

Aos meus irmãos, Cleber, Clériston e principalmente a minha irmã Cleia, peça fundamental nesse processo.

Ao meu marido Edmilson Freitas, pela paciência, parceria e carinho.

À minha linda e amada filha Elzinha, pela compreensão em muitos momentos de ausência.

A toda minha família, pelo apoio incondicional e indispensável, sempre.

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia por incentivar e promover esta importante conquista.

Aos queridos colegas da GEAC/PROEX/UESB.

Ao NEDET, pela colaboração na pesquisa, em especial professor Miro, professora Fernanda e Allisianne.

Ao Colegiado do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, pela oportunidade e acolhimento.

Aos professores da FUCAPE, agradeço pelo conhecimento compartilhado, em especial a minha orientadora professora Dra. Márcia J. d'Angelo, pela atenção, comprometimento, dedicação e disponibilidade, pois sem ela eu não conseguiria chegar aqui.

Aos colegas e amigos, que tive a oportunidade de conhecer ao longo deste curso, em especial Gildice, Cris, Kátia, Gigi, Lúcia e Manu, por me acolherem sempre de braços abertos.

A todos meus sinceros agradecimentos!!!!

Resumo

Desde a década de 1990, países europeus como Estônia, Letônia e Lituânia (países bálticos), França, Itália, Suécia e Brasil têm adotado modelos de territórios para tratar as disparidades regionais, como as assimetrias de desenvolvimento entre regiões urbanas e rurais e mesmo entre as regiões centrais e periféricas. Por isso, o argumento desse estudo é que um processo de aprendizagem social para sustentabilidade está subjacente nessa discussão. Trata-se do entendimento de uma trajetória de como os diversos atores sociais estão socialmente aprendendo a fazer mudanças sociais duradouras nesses territórios. Assim, essa pesquisa tem como objetivo identificar os elementos do processo de aprendizagem social para a sustentabilidade em um território de identidade e discutir de que forma acontece a interação entre os atores e as políticas públicas para o desenvolvimento das propostas que visem mudanças sociais duradouras. Trata-se de um estudo de caso realizado no Território de Identidade do Sudoeste baiano. A estratégia de coleta de dados fez uso de três fontes de dados: i) observação não-participante; ii) entrevistas semiestruturadas com 15 pessoas envolvidas neste Território e iii) análise documental. Para análise e interpretação dos dados foi utilizado o método de análise de conteúdo, por meio da categorização e codificação, proposto por Flores (1994), que consiste em criar categorias, metacategorias e relações entre si. Os resultados mostram que, desde 2003, no Território de Identidade do Sudoeste Baiano, tem sido deflagrado um processo de adoção de um modelo de desenvolvimento local baseado em um processo de aprendizagem social territorial sustentável. Tem sido um processo lento. Em função desses processos, têm ocorrido mudanças sociais, tanto na perspectiva epistemológica (novos conhecimentos) quanto na ontológica (transformações nos indivíduos), nos níveis individuais e unidades sociais mais amplas ou comunidades de prática, tanto nos contextos locais como regionais. Logo, de forma subjacente, desde o começo também já foi deflagrado um processo de aprendizagem social territorial sustentável. E, devido às dificuldades enfrentadas e, também por se tratar de mudança de modelos mentais moldados desde o período pré-colonial, tanto o processo de adoção de um modelo de desenvolvimento local baseado em território como o processo de aprendizagem social territorial sustentável tem sido um processo lento. Neste caso, as evidências mostram a complexidades de ambos os processos, pois envolvem demandas para além das econômicas, ambientais, sociais, envolve formação e colaboração de pessoas com objetivos comuns.

Palavras-chave: aprendizagem social; sustentabilidade territorial e políticas públicas.

ABSTRACT

Since the 1990s, European countries such as Estonia, Latvia and Lithuania (the Baltic States), France, Italy, Sweden and Brazil have adopted models of territories to address regional disparities, such as development asymmetries between urban and rural regions and even between the central and peripheral regions. Therefore, the argument of this study is that a process of social learning for sustainability underlies this discussion. It is the understanding of a trajectory of how the various social actors are socially learning to make lasting social change in these territories. Thus, this research aims to identify the elements of the social learning process for sustainability in a territory of identity and discuss how the interaction occurs between the actors and public policies for the development of proposals to lasting social change. This is a case study in Identity Territory Southern Bahia. The data collection strategy made use of three data sources: i) non-participant observation; ii) semi-structured interviews with 15 people involved in this Territory and iii) documentary analysis. For analysis and interpretation of the data was used the method of analysis of content through the categorization and coding, proposed by Flores (1994), which is to create categories, metacategories and relations between them. The results show that, since 2003, the Identity Territory Baiano Southwest has been triggered a process of adopting a local development model based on a process of sustainable territorial social learning. It has been a slow process. Due to these processes, there have been social changes in both epistemological perspective (foreground) and the ontological (changes in individuals), the individual levels and wider social units or communities of practice, both in local and regional contexts. Thus, the underlying form, from the beginning has also been triggered a process of sustainable territorial social learning. And because of the difficulties faced and also because it is changing mental models molded from the pre-colonial period, both the adoption process of a local development model based on territory as the sustainable territorial social learning process has been a slow process. In this case, the evidence shows the complexities of both processes, as they involve demands beyond the economic, environmental, social, involves training and collaboration of people with common goals.

Keywords: Social learning; territorial sustainability and public policy.

LISTA DE TABELA

Tabela 01: Perfil dos entrevistados	29
Tabela 02: PIB e PIB Per Capita a Preços Correntes – do Território de Identidade do Sudoeste Baiano	34
Tabela 05: Quantidade de pessoas Extremamente Pobres do Território de Identidade do Sudoeste Bahiano (2000 - 2010)	35
Tabela 07: Modelo de desenvolvimento local baseado em território	47

LISTA DE FIGURA

Figura 01: Localização do Território do Sudoeste da Bahia	27
Figura 02: Municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano	28
Figura 03: Reunião Território de Identidade do Sudoeste baiano 2016	30
Figura 04: Reunião Território de Identidade do Sudoeste baiano 2016	31
Figura 05: Etapas do processo de adoção do modelo territorial sustentável do Sudoeste Baiano	37
Figura 06: Estatuto do Território da Região de Vitória da Conquista	39
Figura 07: Antecedentes e consequentes de um processo de aprendizagem social territorial sustentável	52

LISTA DE QUADRO

Quadro 01: Antecedentes e consequentes de um modelo de desenvolvimento local baseado em territórios	20
Quadro 02: Antecedentes e consequentes de um processo de aprendizagem social para a sustentabilidade	23
Quadro 03: Relação das metacategorias e categorias da pesquisa	33
Quadro 04: Mapeamento das demandas locais	47

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ADT - Agente de Desenvolvimento Territorial

BAHIATER – Superintendência Baiana de Assistência Técnica e extensão Rural

CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

CODETER - Colegiados de Desenvolvimento Territoriais

CMDS - Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável

CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CET - Coordenação Estadual de Territórios

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário

MTD - Movimento dos Trabalhadores Desempregados

NEDET - Núcleo de extensão em Desenvolvimento Territorial

PROINF - Ação de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios
Rurais

PPA - Plano Plurianual Participativo

PIB - Produto Interno Bruto

PTDRSS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEPLAN - Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia

UESB - Universidade do Sudoeste da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 MARCO TEÓRICO	16
2.1 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL	16
2.2 APRENDIZAGEM SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE	21
2.3 PROGRAMA TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE NO ESTADO DA BAHIA.....	24
3 METODOLOGIA	26
3.1 NATUREZA, TIPO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA METODOLÓGICA	26
3.2 OBJETO DE PESQUISA	26
3.3 COLETA DE DADOS	29
3.4 ANÁLISE DE DADOS	31
3.4.1 Redução dos dados	31
4 ANÁLISE DOS DADOS	34
4.1 OS ELEMENTOS DO PROCESSO DE ADOÇÃO DO MODELO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DO SUDOESTE BAIANO	34
4.1.1 As disparidades regionais de desenvolvimento no estado da Bahia	34
4.1.2 A interdependência entre os atores sociais	36
4.1.3 As pedras encontradas ao longo do caminho	40
4.1.4 O aprendizado	43
5 DISCUSSÃO DOS DADOS	48
6 CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS	56

Capítulo 1

1 INTRODUÇÃO

Desde a década de 1990, países europeus como Estônia, Letônia e Lituânia (países bálticos), França, Itália, Suécia e Brasil têm adotado modelos de territórios para tratar as disparidades regionais, como as assimetrias de desenvolvimento entre regiões urbanas e rurais e mesmo entre as regiões centrais e periféricas (ADAMS, COTELLA; NUNES, 2014; PETRIDOU; IOANNIDES, 2012; IIZUKA; DIAS; AGUERRE, 2012; SANTANA; GUEDES; VILLELA, 2011; FALUDI, 2007; DOUCET, 2006).

A abordagem territorial assume vários conceitos, como território de coesão e território de identidade. Território de coesão, enraizado no modelo europeu de sociedade e introduzido pela Comissão Europeia em 1985 (VOUDIN, 2005), diz respeito à redução das desigualdades regionais entre os países europeus e ao alcance de um desenvolvimento mais igualitário e coerente – coesões econômica e social. “O foco é melhorar a integração territorial e a cooperação entre regiões – coesão territorial” (CEC, 2004, p. 27).

O território de coesão é composto por três elementos (CAMAGHI, 2007): i) qualidade territorial diz respeito à ampliação do conhecimento e como este está a serviço de aprimorar as condições e a qualidade de vida do ambiente de trabalho; ii) eficiência territorial refere-se à disponibilidade de recursos naturais e à atratividade e concorrência das regiões; e iii) identidade territorial envolve o capital social no que se refere ao compartilhamento de uma visão de um futuro promissor por meio do conhecimento e expertise locais.

Esses componentes estão conectados ao desenvolvimento sustentável, ao dialogarem e se integrarem às dimensões econômicas, sociais e ambientais deste paradigma, conforme Petridou e Ioannides (2012, p. 124-125):

Especificamente, a eficiência territorial parte dos princípios da proteção ambiental e do crescimento econômico, uma vez que combina a eficiência dos recursos com a atratividade e competitividade da região. A qualidade territorial se situa entre a equidade social e os princípios de proteção ambiental com um foco na qualidade de vida e acesso das pessoas aos serviços de interesse geral, que estão intimamente relacionados ao meio ambiente natural. Finalmente, identidade territorial ocupa o espaço entre os objetivos econômicos e as demandas de sustentabilidade de equidade social. Esta identidade é incorporada à cultura, ao know-how e à visão compartilhada para o futuro locais.

Ao longo desse processo de busca por ações de redução das desigualdades regionais, pelo desenvolvimento mais igualitário e pela integração territorial (CEC, 2004), alguns elementos são percebidos, tais como: diversos atores sociais (ADAMS; COTELLA; NUNES, 2014; PETRIDOU; IOANNIDES, 2012; SANTANA; GUEDES; VILLELA, 2011); necessidades locais, cooperação, corresponsabilidade, ativos locais, diálogos e negociação, diversos interesses e conflitos de interesses (LIZUKA; GONÇALVES-DIAS; AGUERRE, 2012). Além disso, esse processo é longo, se desenvolvendo ao longo dos anos. Por isso, o argumento deste estudo é que um processo de aprendizagem social para sustentabilidade está subjacente nessa discussão. Trata-se do entendimento de uma trajetória de como os diversos atores sociais estão socialmente aprendendo a fazer mudanças sociais duradouras (D'ANGELO; BRUNSTEIN, 2014; REED et al., 2010) nesses territórios.

Os estudos sobre o tema nos principais periódicos brasileiros têm abordado desenvolvimento territorial sustentável a partir de múltiplos aspectos, como o da gestão social e o da cidadania deliberativa (LIZUKA; GONÇALVES-DIAS; AGUERRE, 2012); da sustentabilidade territorial na implantação de grandes empreendimentos (SANTANA; GUEDES; VILLELA, 2011); pautado por discursos de

apoio e cooperação entre vários organismos multilaterais na América Latina (FAVARETO, 2010); e foco nas relações clássicas entre o Estado e o território, suas transformações e novas territorialidades (RÜCKERT, 2005). Já no exterior, a discussão tem abordado o engajamento das comunidades de conhecimento territoriais com o planejamento espacial europeu e com o debate de coesão territorial nos países bálticos (ADAMS; COTELLA; NUNES, 2014); a relação entre coesão territorial e subsidiariedade nos termos dos Tratados da União Europeia (FALUDI, 2013); criatividade na região periférica na Suécia, abordando a trajetória a partir da base em direção à coesão territorial (PETRIDOU; IOANNIDES, 2012); relação entre a política de coesão territorial e o modelo europeu de sociedade (FALUDI; ANDREAS, 2007); e comparação entre os modelos da concorrência, inter-regional ou cooperação na determinação da política de coesão da União Europeia (DOUCET, 2006).

Embora inegáveis as contribuições de tais estudos, observa-se ainda algumas lacunas na literatura, tais como a necessidade de promover a assimilação da proposta dos territórios pelos atores locais e como este se dá num um processo de aprendizagem social. Como não há pesquisa abordando a teoria de aprendizagem social para sustentabilidade e territórios de identidade, é nesta lacuna que esse estudo pretende dar a sua contribuição para a literatura. Além disso, já há vários estudos sobre aprendizagem social para sustentabilidade ambiental, com foco nos recursos naturais e poucos a partir da perspectiva social (SOL; BEERS; WALS, 2013). Também há necessidade de mais pesquisas para avaliar como a aprendizagem social ocorre em diferentes sistemas sócio-ecológicos e até que ponto é facilitada por processos participativos (REED et al., 2010).

Diante do contexto, o problema desta investigação pode ser expresso da seguinte forma: Como ocorre o processo de aprendizagem social para a sustentabilidade em territórios de identidade brasileiros?

Assim, o objetivo deste estudo é identificar os elementos do processo de aprendizagem social para a sustentabilidade em um território de identidade e discutir de que forma acontece a interação entre os atores e as políticas públicas para o desenvolvimento das propostas que visem mudanças sociais duradouras.

O presente estudo busca tanto oferecer contribuições acadêmicas e práticas. Ele colabora com a literatura destacando a importância de um campo do conhecimento em administração, discutindo os fatores responsáveis por determinar o processo de aprendizagem social para a sustentabilidade em território de identidade. Em termos práticos, espera-se com este estudo contribuir com o fortalecimento dos diálogos entre entidades, movimentos, lideranças assim como entre os sujeitos sociais.

Capítulo 2

2 MARCO TEÓRICO

2.1 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

O modelo de políticas públicas descentralizadas brasileiro surgiu para responder aos desafios locais e promover o desenvolvimento sustentável, sobretudo nas regiões mais oprimidas, e foi implementado a partir da década de 1990, seguindo os movimentos europeus. Trata-se de um modelo de mudança social por meio da integração das ações de múltiplos setores do governo federal e do aumento da participação social, contemplando também aspectos ambientais, econômicos e territoriais. Em outras palavras, trata-se de um modelo de desenvolvimento local (GARCES; SILVEIRA, 2012; 2002).

Esse modelo também está consoante com a Constituição Federal de 1988, que ampliou os direitos sociais, assim como o crescimento da participação popular nas decisões das políticas locais. Assim, essa descentralização tem na Constituição as formas legais de intervenção territorial (BRASIL, 1988). A seguir, alguns itens da Constituição Federal atrelados mais diretamente ao poder local:

Ação popular (art. 5º, LXXIII): qualquer cidadão pode propor ação popular para anular ato danoso da administração pública.

Colegiados de Órgãos Públicos (art.10): assegura a participação de trabalhadores e empregadores nos colegiados de órgãos públicos.

Cultura (art. 216, § 1º): prevê a participação da comunidade na defesa e promoção do patrimônio cultural.

Denúncia de irregularidades/ilegalidades (art. 74, § 2º): qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato pode denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

Ensino Público (art. 206, VI): admite-se, em caráter genérico, a gestão democrática do ensino público, remetendo-se à lei sua regulamentação. O Ensino Público deve responder aos desafios locais.

Iniciativa Popular (art. 14, III, 27 § 4º, 29, XIII e 61 § 2º): meio de participação popular no processo legislativo, através da apresentação de projetos de lei para apreciação do Poder Legislativo.

Planejamento Público (art.29, XII): estabelece a obrigatoriedade de participação no planejamento público, em nível municipal, das associações representativas. **Plebiscito** (art. 14, I, 18, § 3º e 4º e 49, XV): consulta popular semelhante ao referendo.

Política agrícola (art. 187): determina que toda política agrícola deverá ser planejada e executada com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes.

Referendo (art. 14, II e 49, XV): forma de consulta popular em que os projetos de lei aprovados pelo legislativo devem ser submetidos à aprovação popular para que possam entrar em vigor.

Território vai além do espaço físico. É o espaço mais as coisas que compõem esse espaço, as histórias, as experiências, os movimentos, as relações, as ações, os valores espirituais, materiais e imateriais, de maneira que o território não se compõe apenas um espaço físico delimitado. Os indivíduos se relacionam com o espaço e com as atividades produtivas, culturais e sociais, que por sua vez vão modelando e dando forma ao território (SANTOS, 2005). Esse autor sumariza a discussão do termo território:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, a foto e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da resistência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi (SANTOS, 2001, p. 96).

O território também é entendido como um lugar ocupado por uma população que controla outras fronteiras, além das geográficas, como as fronteiras relacionadas aos símbolos, por exemplo: a harmonia social, que se caracteriza pelas relações mais fortes entre as pessoas, proporcionando mais igualdade de direitos e formação cidadã; coesão territorial, população capaz de desenvolver estratégias para além dos municípios, que possam contribuir com a implementação de políticas

territoriais; e a governança, na qual os poderes públicos devem priorizar o alcance de objetivos de desenvolvimento local, privilegiando assim as atividades econômicas que preservem o bem comum e as futuras gerações (SANTANA; GUEDES; VILLELA, 2011).

Aspectos como identidade, afetividade e características geoeconômicas também são importantes para a compreensão da gênese de um território ou do interesse para tomá-lo ou mantê-lo. Porém, a verdadeira lei motivadora da existência de um território é a verificação de relações de poder. Assim, argumenta-se que o território “é fundamentalmente um espaço dividido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p.78). O território é uma ferramenta de exercício de poder, não se reduzindo apenas à associação com a estrutura do Estado.

A palavra território normalmente evoca o Território nacional e faz pensar no Estado – gestor por excelência do território nacional -, em grandes espaços, em sentimentos patrióticos (ou chauvinistas), em governo, em dominação, em ‘defesa do território pátrio’, em guerras... a bem da verdade, o território pode ser entendido também à escala nacional e em associação com o Estado como grande gestor [...]. No entanto, ele não precisa e nem deve ser reduzido a essa escala ou à associação com o figurado Estado. Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada a internacional [...] territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes [...] podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. (SOUZA, 1995, p. 81).

Para Rückert (2005, p. 89), também “há vários poderes presentes no tecido social e político do território”, na comunicação e articulação entre o Estado e a região. Esse autor trabalha com o conceito de multidimensionalidade do poder, entendida como:

Sentido de que diferentes atores produzem o espaço, (re)estruturam o território através da prática de poderes/políticas/programas estratégicos, gestão territorial, enfim. A gestão de ações/programas que contêm um caráter (re)estruturante e/ou com capacidade de alavancagem de desenvolvimento endógeno imprime, assim, novos usos do território. Rückert (2005, p. 89)

Em particular, esse entendimento multidimensional de território, também é do ator social “governo”, representado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (SDT, 2005, p.5), para quem território é:

Território é um espaço físico, geograficamente definido, geograficamente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, em uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

Como se trata de um exemplo de desenvolvimento local (GARCES; SILVEIRA, 2002), o território põe ênfase na maneira pela qual os recursos são empregados pela sociedade, por meio de estratégias adotadas para cada região, em resposta às necessidades locais, valorizando as vocações e os recursos (materiais e imateriais) de cada território (LIZUKA; GONÇALVES-DIAS; AGUERRE, 2012). De modo que o desenvolvimento local vai além das dimensões econômicas, abordando assim, as dimensões culturais, científico-tecnológico, sociais, político-institucional, ambientais, físico-territorial e político-institucional, fazendo parte do complexo processo de desenvolvimento (BRESSER PEREIRA, 2013).

Para tanto, o desenvolvimento local se ancora em três elementos: i) participação efetiva da sociedade civil organizada, resgatando a participação cidadã na construção das ações governamentais; ii) alteração da tendência centralizadora, características capitalistas, para um modelo descentralizador; e iii) diferença de interesses entre o desenvolvimento local e a globalização. Juntos, esses elementos propiciam a criação de condições para o surgimento de pequenas e médias empresas, como a ampliação da participação popular nos espaços territoriais, formado pelas cidades, municípios e sub-regiões (OLIVEIRA, 2002; TENÓRIO, 2003; BRESSER-PEREIRA, 2003).

Nessa concepção, para que haja o desenvolvimento local é necessário a implementação projetos que possibilitem a promoção da qualidade de vida da população, assim como a inclusão dos agentes locais em ações de cidadania, valorizando os recursos, a história, a dinâmica e as potencialidades regionais (SANTANA; GUEDES; VILLELA, 2011).

Em resumo, a partir desta discussão, é possível identificar os antecedentes e consequentes de um modelo de desenvolvimento local baseado em territórios, conforme a Quadro 01, numa consolidação de vários autores:

Modelo de desenvolvimento local baseado em territórios	
Antecedentes	Consequentes
• Disparidades regionais (assimetrias de desenvolvimento) entre regiões urbanas e rurais e mesmo entre as regiões centrais e periféricas • Participação de uma grande variedade de atores sociais ○ Participação popular nas decisões das políticas locais ○ Participação efetiva da sociedade civil organizada ○ Integração das ações de múltiplos setores do governo federal e do aumento da participação social • Entendimento e levantamento das necessidades locais • Busca por ações de redução das desigualdades regionais • Valorização dos recursos, da história, da dinâmica e das potencialidades regionais • Compartilhamento de uma visão em direção a um futuro promissor por meio do conhecimento e expertise locais • Relações mais fortes entre as pessoas • Ocupar-se das relações de poder • Atratividade e concorrência das regiões • Adoção de um modelo de desenvolvimento local descentralizador • Disponibilidade de recursos naturais	• Eficiência territorial • Proteção do crescimento econômico • Equidade social • Ampliação do conhecimento e como este está a serviço de aprimorar as condições e a qualidade de vida do ambiente de trabalho • Proteção ambiental com um foco na qualidade de vida e acesso das pessoas aos serviços de interesse geral, que estão intimamente relacionados ao meio ambiente natural • Desenvolvimento mais igualitário e pela integração territorial • Cooperação, corresponsabilidade, ativos locais, diálogos e negociação, diversos interesses e conflitos de interesses • Mudanças sociais duradouras • Igualdade de direitos e formação cidadã • Coesão territorial, desenvolver estratégias para além dos municípios, que possam contribuir com a implementação de políticas territoriais; • Governança, na qual os poderes públicos devem priorizar o alcance de objetivos de desenvolvimento local, preservando assim as atividades econômicas que preservem o bem comum e as futuras gerações

Quadro 01: Antecedentes e consequentes de um modelo de desenvolvimento local baseado em territórios.

Fonte: GARCES; SILVEIRA, (2012; 2002); SANTANA; GUEDES; VILLELA, 2011); (RUCKERT, 2005) (SDT, 2005) (LIZUKA; GONÇALVES-DIAS; AGUERRE, 2012). (OLIVEIRA, 2002; TENÓRIO, 2003; BRESSER-PEREIRA, 2003). SANTANA; GUEDES; VILLELA, 2011).

2.2 APRENDIZAGEM SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE

A aprendizagem social para a sustentabilidade (ASpS) pode ser definida como um processo de mudança transformadora. Esse processo parte da premissa do discurso crítico, que tem um potencial de troca de valores, assim como de um olhar mais abrangente por parte dos indivíduos. Ou seja, um caminho de aprendizagem constante para a transformação e a transição para a sustentabilidade (RODELA 2014; WALSH; RODELA, 2014).

A ASpS é um processo que abrange a resolução de conflitos envolvendo problemas ambientais, exercício da cidadania, bem-estar, abraçando discussões complexas. E, a partir de tal ponto de vista, que os debates sobre ASpS demandam uma abordagem interdisciplinar para atender as considerações de diferentes perspectivas e tipos de conhecimentos (WALSH; RODELA, 2014; JACOBI et al., 2006). Conforme Cundill et al. (2014), a ASpS surge como uma nova arena na teoria do desenvolvimento, sendo uma mudança na compreensão para além do individual, envolvendo a participação e a prática entre atores sociais e em redes, de modo a ser denominada como a capacidade de ação coletiva.

Corroborando com o autor anterior, Pahl-Wostl et al (2007a), nos últimos anos percebe uma nova tendência de política pública, onde o governo não é a única autoridade tomadora de decisões, envolvendo várias partes interessadas no processo, tais como: empresas, indivíduos, órgãos governamentais e não governamentais na elaboração e implementação de políticas públicas. De maneira que o fundamento da aprendizagem social é um processo de colaboração multipartidária, ações que acontecem em redes, envolvendo a prática das

comunidades (conhecimento empírico), sofrendo assim influência da estrutura de governança local, no processo contínuo de aprendizagem social.

Na prática, por se tratar de diversos atores envolvidos, “multiatores”, na dinâmica dos territórios, o caminho mais indicado é a utilização da negociação como estratégia, na solução de conflitos com visões divergentes por parte dos agentes envolvidos (JACOBI et al., 2006; JACOBI, 2008, D'ANGELO; BRUNSTEIN, 2014). É nesse processo de conciliação que se concentra um conceito básico da aprendizagem social, ou seja, “aprender juntos para compartilhar” e assim optar pelas melhores decisões (HARMONICOP, 2003, p. 2).

Nesse contexto, a aprendizagem social para a sustentabilidade deve ser entendida como uma construção coletiva que requer o envolvimento de inúmeros atores sociais como, por exemplo, organizações (públicas e privadas), sociedade civil (famílias, empregados, discentes) e o meio ambiente (D'ANGELO; BRUNSTEIN, 2014). Sendo assim, a aprendizagem social para a sustentabilidade está relacionada à mudança de atitudes, combinando capacidade, conhecimento, informação, utilização de técnicas sustentáveis, contribuindo para pensar na junção entre sociedade, ambiente e ciência, com o propósito de construir uma aprendizagem colaborativa e cidadã (JACOBI, 2004; JACOBI, 2008).

A aprendizagem social acontece quando os atores envolvidos refletem sobre seus saberes, culturas, costumes, premissas e políticas. Nesse processo a interação dialógica entre os atores são elementos essenciais da aprendizagem social, de modo que a tomada de decisão é compartilhada, em busca de entendimentos comuns que promovam mudanças. Mudanças estas capazes de desenvolver identidades coletivas, novas relações com a infraestrutura, ganhando assim a capacidade de alterar a sua disposição material, compartilhando informações e

experiências entre as instituições envolvidas. BROTO; DEWBERRY, 2016; GODOY et al. 2015b; DLOUHÁ; JANA et al. 2013a.

No processo de ASpS é necessário a cooperação entre os atores sociais, e que os mesmos possam compartilhar ideias e, por meio do diálogo, construir uma relação de confiança dos cidadãos nos novos sistemas de governança (BROTO; DEWBERRY, 2016; GODOY et al., 2015b).

Posto isto, esta teoria, a exemplo da discussão de desenvolvimento territorial sustentável, também pode ser entendida a partir da visão dos seus antecedentes e consequentes, numa consolidação mostrada no Quadro 02.

Processo de aprendizagem social para a sustentabilidade	
Antecedentes	Consequentes
• Resolução de conflitos • Problemas ambientais • Colaboração multipartidária • Negociação como estratégia • Reflexão sobre os valores • Interação e diálogo entre os atores • Compartilhar ideias e informações • Envolvimento dos diversos atores • Incluir diferentes tipos de atores sociais variados	• Mudança transformadora • Mudança de atitudes • Decisões coletivas • Novas maneiras de pensar e agir coletivamente • Novas relações com a infraestrutura • Construir confiança • Construção histórico-cultural • Inovação sustentável • Reavaliação de valores • Cooperação entre os atores • Tomada de decisão compartilhada • Desenvolver identidades coletivas

Quadro 02: Antecedentes e consequentes de um processo de aprendizagem social para a sustentabilidade.

Fonte: (RODELA 2014; WALSH; RODELA, 2014); (RODELA 2014; WALSH; RODELA, 2014); (BROTO; DEWBERRY, 2016; (AMARAL; BRUNSTEIN, 2015; GODOY et. al 2015b).

A esta altura desta discussão é possível mostrar a conexão deste modelo de modelo de desenvolvimento local baseado em territórios com a aprendizagem social para a sustentabilidade. Daí a necessidade de promover a assimilação da proposta

dos territórios pelos atores locais e entender como ocorre um processo de aprendizagem social neste contexto.

2.3 PROGRAMA TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE NO ESTADO DA BAHIA

O governo é responsável pelas políticas do território de identidade, porque esse é considerado como uma parte integrante da gestão pública, ou seja, uma unidade de planejamento do Governo. Portanto, para desenvolver um planejamento territorial é necessária a participação efetiva da comunidade local, da sua cultura, das suas diversidades, dos seus costumes, das suas potencialidades e dos demais atores sociais envolvidos na organização dos espaços (BLATT et al., 2013; SANTANA et al., 2011).

Com o objetivo de garantir a execução das ações territoriais, em 2003, o Governo Federal instituiu a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A finalidade da SDT era gerir a estratégia de desenvolvimento, mostrando as virtudes da territorialidade, bem como as linhas gerais para a sua aplicação prática (ORTEGA, 2008; SILVA, 2012).

Com base nestes estudos a SDT, em 2007, já havia aproximadamente 160 territórios rurais cobrindo cerca de 2500 municípios. Essa Secretaria também foi responsável por reformular o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural, Reforma Agrária e Agricultura (CONDRAF), e o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) (SILVA, 2012, p. 98).

Tal como no Brasil, o estado baiano também necessitava de políticas regionais e estaduais, pois a assimetria de informação e das desigualdades econômicas entre os municípios resultam no avanço das desigualdades regionais.

De modo que o governo da Bahia, a partir de 2007, utilizando o modelo de planejamento descentralização, inseriu os 417 municípios baianos em 27 territórios de identidade, com a finalidade de integrar as políticas públicas às realidades de cada localidade e viabilizar, na prática, as estruturas e condições para realização das ações na perspectiva do desenvolvimento (BLATT; GONDIM, 2013).

Importante ressaltar que a maior parte da riqueza baiana se localiza na Região Metropolitana de Salvador, ficando ao seu extenso interior poucos locais de concentração de riqueza, como por exemplo: polo de papel e celulose no extremo sul; a produção de frutas irrigadas no baixo médio São Francisco, impulsionando Juazeiro e Petrolina (em Pernambuco); ou a produção de grãos, carreada pela soja no Oeste baiano, com destaque para Barreiras (ALBAN, 2005; PORTO, 2003; SOUZA, 1995). Corroborando com esta ideia, Porto afirma:

Na Bahia todos esses elementos espaciais estruturantes podem ser visivelmente identificados pela localização das unidades principais de produção, pela rede de cidades principais e pelos meios e equipamentos de circulação de mercadorias e pessoas (...) O interior passa a conter uma espacialidade econômica e de concentração populacional em forma de manchas isoladas, todas elas lideradas por um município, notadamente pela concentração de fluxos de mercadorias e de pessoas na sua sede urbana. (PORTO, 2002, p. 112).

Na Bahia, todas as ações voltadas para o Programa Territórios de Identidade foram instituídas pelo Decreto nº 12.354 de 2010.

Capítulo 3

3 METODOLOGIA

3.1 NATUREZA, TIPO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Para atingir o objetivo proposto, a metodologia utilizada nesse projeto de pesquisa é o estudo qualitativo, conforme Zanelli (2002, p. 83), cujo objetivo principal “é buscar entender o que as pessoas aprendem ao perceberem o que acontece com os seus mundos”. Corroborando com o autor, Liebscher (1998) defende que método qualitativo é viável quando o fenômeno em estudo é complexo, de difícil quantificação e de natureza social.

A metodologia utilizada foi o estudo de caso. O uso de um estudo de caso é indicado quando o fenômeno a ser estudado é contemporâneo e existe o desejo de conhecer profundamente o fenômeno (YIN, 2001), no caso, um processo de Aprendizagem Social para Sustentabilidade em um Território de Identidade.

3.2 OBJETO DE PESQUISA

Para tal, a unidade de análise do estudo de caso é o Território de Identidade do Sudoeste Baiano, localizado na mesorregião centro-sul da Bahia (Figura 01). Este território de identidade é constituído por 24 municípios: Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Jacaraci, Licínio de Almeida, Guajerú, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros,

Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista (Figura 02). Optou-se por realizar neste estudo pesquisas qualitativa com dados primários.

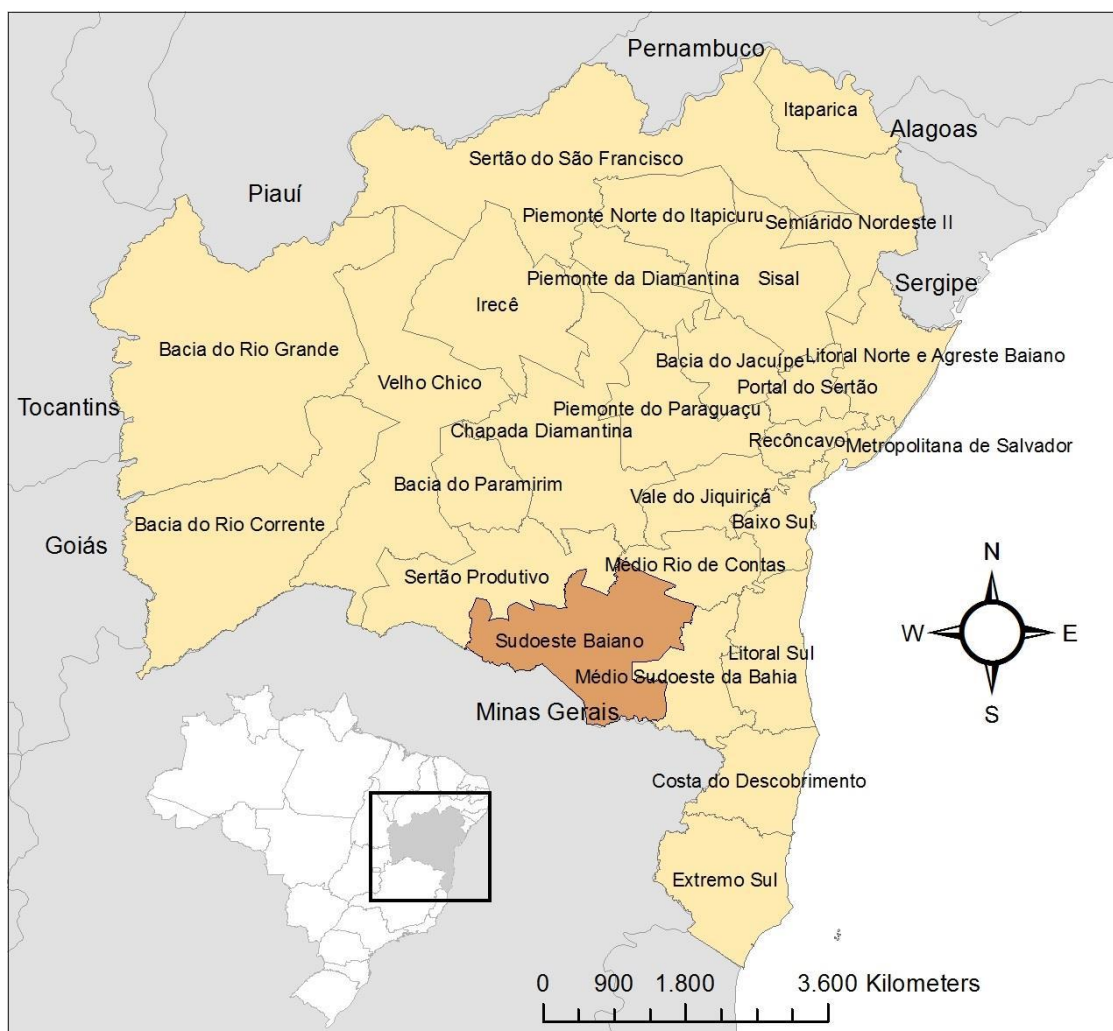


Figura 01: Localização do Território do Sudoeste da Bahia.
Fonte: IBGE (2011).

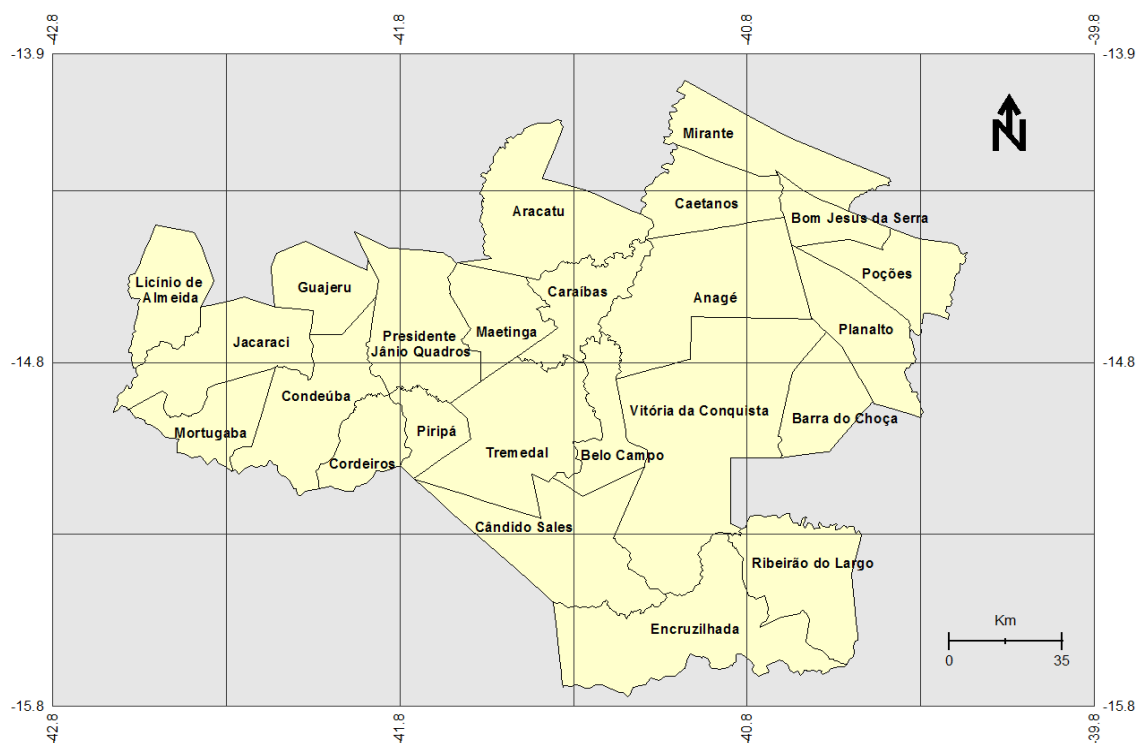


Figura 02: Municípios que compõem o Território de Identidade do Sudoeste Baiano.
Elaboração: SANTOS, Vanessa e ALVES, Vagner – 2015.

O Colegiado do Território do Sudoeste da Bahia é composto por 22 instituições a saber: 1) Polo sindical da Região Sudoeste da Bahia; 2) Instituto Mata do Cipó (IMC); Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista; 4) Associação Regional de Cooperação Agrícola (ARCA); 5) Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA); 6) Cooperativa Mista Agropecuária de Pequenos Agricultores do sudoeste da Bahia (COOPASUB); 7) Associação de Caprinovinocultores do Sudoeste da Bahia OS); 8) Grupo de economia Popular (GEP); 9) Prefeitura Municipal de poções; 10) Prefeitura Municipal de Condeúba; 11) Associação de Apicultores do Sudoeste da Bahia; 12) Centro de convivência e desenvolvimento agroecológico do Sudoeste da Bahia (CEDASB); 13) Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAESBA); 14) Banco do Nordeste do Brasil; 15) Banco do Brasil; 16) Centro de Ação Social; 17) Cooperativa de Assistência Técnica e Educacional para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar (COOTRAF); 18) Federação dos

Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF); 19) Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD); 20) Agente da Pastoral Negros (APN's); 21) Associação das Escolas Família Agrícola da Bahia (AECOFABA); e 22) Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/BA)

3.3 COLETA DE DADOS

A estratégia de coleta de dados fez uso de três fontes de dados: i) observação não-participante; ii) entrevistas semiestruturadas e iii) análise documental. Como a unidade de análise foi o Colegiado do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, foram entrevistados 15 atores sociais envolvidos diretamente no colegiado deste território, a saber: secretário municipal de agricultura, o parceiro patrocina subcoordenador da Bahiater, coordenador da rede de cooperativas do vale do Rio Gavião, militante do movimento sem Terra (MST), técnico agrícola, assistente territorial, presidentes de cooperativas e coordenadores. Mais detalhes na Tabela 03.

TABELA 01: PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Nº do Entrevistado	Idade (anos)	Município	Órgão que representa no Colegiado
1	35	Candido Sales	BAHIATER
2	44	Tremadal	S. de Agricultura
3	48	Anagé	CMDS
4	43	Vitória da Conquista	Coop. Rio Gavião
5	62	Vitória da conquista	MST
6	37	Cordeiros	S. de agricultura
7	63	Poções	CAR
8	41	Jânio Quadros	S. de Agricultura
9	48	Licínio de Almeida	Rede Gavião
10	55	Barra do Choça	ASCOOB Sudoeste
11	31	Piripá	Rede Gavião
12	54	Candido Sales	COOPASUB
13	44	Maetinga	ASCOOB Sudoeste
14	42	Condeúba	CAR
15	60	Vitória da Conquista	S. Municipal de Infraestrutura

Fonte: Dados da pesquisa.

As entrevistas com as membros do colegiado foram realizadas na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Centro Social urbano (CSU) e casa dos entrevistados. As entrevistas, ocorreram no período de 29 de julho a 09 de agosto de 2016, foram gravadas e transcritas integralmente, tendo como base um roteiro semiestruturado, elaborado pela pesquisadora, baseado no referencial teórico.

A observação não participante foi feita no período de abril a agosto de 2016 (Figura 3 e Figura 4), no qual a pesquisadora observou o andamento das reuniões do colegiado, as discussões foram todas gravadas em áudios e fotografadas. Foram observadas a forma de envolvimento e participação dos atores sociais no Colegiado do Território de Identidade Baiano. A análise documental foi realizada no mesmo período e utilizou atas, o estatuto social e revistas.



Figura 03: Reunião Território de Identidade do Sudoeste baiano 2016

Fonte: Observação não-participante (Foto)



Figura 04: Reunião Território de Identidade do Sudoeste baiano 2016

Fonte: Observação não-participante (Foto)

3.4 ANÁLISE DE DADOS

3.4.1 Redução dos dados

Nesta pesquisa foi utilizado o método de análise de conteúdo, por meio da categorização e codificação, proposto por Flores (1994), que consiste em criar subcategorias, categorias, metacategorias e relações entre elas. As entrevistas foram analisadas uma a uma e em seguida foram feitas concomitantemente a segmentação, categorização e codificação de seus conteúdos. As categorias e metacategorias foram definidas pelo pesquisador, tendo como base o referencial teórico e os dados.

Meta categorias	Categorias
Fator deflagrador	• Disparidades regionais • Indicadores Sociais • Indicadores Econômicos
Planejamento do processo	• Mobilização dos atores sociais • Discussão das demandas • Construção do Plano Territorial • Implementação das demandas
Facilitação da participação de uma grande variedade de atores sociais	• Participação efetiva da sociedade civil organizada • Participação efetiva da sociedade civil organizada Entendimento e levantamento das necessidades locais
Entendimento e levantamento das necessidades locais	• Mapeamento dos municípios • Mapeamento dos problemas e necessidades locais
Enfrentamento das dificuldades pelos atores sociais para se chegar a um consenso para conseguir o engajamento dos representantes	• Descrença • Continuidade da participação de alguns representantes tanto do poder público quanto da sociedade civil organizada • Rotatividade de representantes • Ausência de representantes de alguns municípios • Pouco reconhecimento por parte do executivo municipal
Implantação de práticas relacionais	• Encontros • Conferências
Desenvolvimento do capital humano	• Aquisição de conhecimento acerca das idiossincrasias do estado federativo • Desenvolvimento de novas habilidades cognitivas • Desenvolvimento de novas habilidades interpessoais e de novas conexões sociais; • Mudanças de crenças no nível epistemológico • Movimento para empoderar alguns atores sociais • Compartilhamento de conhecimentos e experiências
Implantação de um conjunto de regras e instrumentos legais incentivador e legitimador da adoção do modelo de territorialidades	• Estatutos dos territórios • Leis e decretos federais • Leis e decretos estaduais
Construção de confiança e de desenvolvimento de uma visão comum	• Mapeamento das demandas • Categorização das demandas

Quadro 03: Relação das metacategorias e categorias da pesquisa.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Capítulo 4

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 OS ELEMENTOS DO PROCESSO DE ADOÇÃO DO MODELO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DO SUDOESTE BAIANO

4.1.1 As disparidades regionais de desenvolvimento no estado da Bahia

No estado da Bahia, diversidade e desigualdade convivem – “convertamos a nossa diversidade, que é uma riqueza, em desigualdade, que expressa pobreza” (HISTÓRICO DA POLITICA TERRITORIAL DA BAHIA, 2016, p. 1) Ou seja, por um lado, o histórico econômico e formativo do seu povo contribuíram para a sua diversidade baseada em diversos imigrantes (portugueses, espanhóis, italianos), diversos biomas (mata atlântica, caatinga, cerrado, zona costeira e marinha) e variedades sociais, culturais, econômicas e ambientais. Por outro lado, o histórico de políticas públicas, em particular, contribuiu para uma assimetria de desenvolvimento entre regiões urbanas e rurais e mesmo entre as regiões centrais e periféricas. Por exemplo, a Região Metropolitana de Salvador concentra 50% do PIB (Produto Interno Bruto) e 25% da população. Além disso, algumas regiões como o litoral sul, oeste baiano e norte do estado estão entre as mais prósperas do estado (HISTORICO DA POLITICA TERRITORIAL DA BAHIA, 2016).

Em particular, as disparidades econômicas e sociais dentro do Território de Identidade do Sudoeste Baiano podem ser entendidas a partir de alguns indicadores, como o PIB, o PIB per capita e os indicadores de extrema pobreza, conforme mostrado na Tabela 04. O PIB de 2012 do município de Vitória da Conquista contribui com 70% do PIB do território de identidade do Sudoeste Baiano,

enquanto que o PIB dos municípios de Maetinga e Guajeru contribui, aproximadamente, com somente 0,5%, cada um. Ou seja, enquanto o município de Vitória da Conquista contribui com R\$ 3.955.643 MM, os demais municípios (23) contribuem com R\$ 1.706.76 MM, uma média de R\$ 74.207 MM para o PIB desse território de identidade (PERFIL DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE, 2015).

TABELA 02 – PIB E PIB PER CAPITA A PREÇOS CORRENTES – DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE SUDOESTE BAIANO (2012)

UF/Território / Município	PIB (R\$ milhões)	PIB per capita (R\$ 1,00)	% PIB	% PIB per capita
Bahia	167.727.375	11.832,33	-----	----
Sudoeste Baiano	5.662.405	8.461,81	3,38%	----
Vitória da Conquista	3.955.643	12.522,46	2,36%	69,86%
Barra do Choça	280.783	7.909,16	0,17%	4,96%
Poções	266.506	5.805,85	0,16%	4,71%
Encruzilhada	139.993	6.227,99	0,08%	2,47%
Planalto	136.609	5.547,14	0,08%	2,41%
Cândido Sales	124.610	4.846,57	0,07%	2,20%
Anagé	94.300	4.741,29	0,06%	1,67%
Condeúba	87.137	5.001,81	0,05%	1,54%
Belo Campo	75.596	4.289,16	0,05%	1,34%
Tremedal	71.555	4.031,27	0,04%	1,26%
Licínio de Almeida	64.188	5.232,15	0,04%	1,13%
Jacaraci	62.551	4.313,87	0,04%	1,10%
Ribeirão do Largo	62.225	5.964,83	0,04%	1,10%
Aracatu	58.957	4.353,66	0,04%	1,04%
Mortugaba	56.275	4.797,96	0,03%	0,99%
Presidente Jânio Quadros	50.755	3.948,54	0,03%	0,90%
Caetanós	49.671	3.327,81	0,03%	0,88%
Piripá	49.400	4.042,90	0,03%	0,87%
Caraíbas	44.903	4.545,26	0,03%	0,79%
Bom Jesus da Serra	39.179	3.871,48	0,02%	0,69%
Mirante	38.933	3.931,80	0,02%	0,69%
Cordeiros	36.638	4.443,62	0,02%	0,65%
Guajeru	31.836	3.467,17	0,02%	0,56%
Maetinga	29.959	4.953,58	0,02%	0,53%

Fonte: Perfil dos Territórios de Identidade da Bahia (2015, p. 19).

Já em termos de PIB per capita de 2012, o do município de Vitória da Conquista é o maior e está bem acima do valor do Território de Identidade do

Sudoeste Baiano. Por outro lado, os menores PIB per capita são dos municípios de Caetanos, e Guajeru, correspondendo a 40% do total do território. Ou seja, enquanto o PIB per capita do município de Vitória da Conquista é de R\$ 12.522, dos demais municípios (23) têm uma média de R\$ 4.764 (PERFIL DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE, 2015).

No que se refere aos índices de extrema pobreza – pessoas que obtiveram rendimento domiciliar per capita mensal inferior a R\$ 70 – no período de 2000 a 2010, houve uma redução em todos os municípios, conforme Tabela 05.

TABELA 03: QUANTIDADE DE PESSOAS EXTREMAMENTE POBRES DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE SUDOESTE BAIANO (2000 – 2010)

UF/Território / Município	População extremamente pobre		
	2000	2010	% de redução
Mirante	4.570	3.369	-26%
Cândido Sales	7.155	5.105	-29%
Encruzilhada	9.036	6.152	-32%
Planalto	6.416	4.334	-32%
Belo Campo	4.943	3.248	-34%
Guajeru	3.872	2.518	-35%
Presidente Jânio Quadros	6.994	4.367	-38%
Cordeiros	2.437	1.489	-39%
Condeúba	6.267	3.822	-39%
Barra do Choça	7.839	4.775	-39%
Caetanos	6.443	3.850	-40%
Poções	15.791	9.221	-42%
Bahia	3.696.745	2.101.990	-43%
Bom Jesus da Serra	5.501	2.961	-46%
Jacaraci	5.112	2.600	-49%
Sudoeste Baiano	199.641	100.346	-50%
Vitória da Conquista	41.501	20.603	-50%
Piripá	5.954	2.941	-51%
Tremedal	9.521	4.217	-56%
Anagé	14.588	5.563	-62%
Licínio de Almeida	4.449	1.515	-66%
Mortugaba	5.207	1.767	-66%
Caraíbas	7.534	1.861	-75%
Ribeirão do Largo	4.129	965	-77%
Maetinga	6.087	1.365	-78%

Aracatu	8.295	1.736	-79%
---------	-------	-------	------

Fonte: Estatísticas dos Municípios Baianos (SEI, 2016) com base nos dados do IBGE – Censo Demográfico. Resultados da Amostra. Cálculos da SEI.

Os municípios Caraíbas, Ribeirão do Largo, Maetinga e Aracatu apresentaram as maiores reduções, quase 80%. Já os municípios de Mirante e Cândido Sales reduziram em torno de 30%, somente, abaixo da redução do estado da Bahia (43%) e do Território de Identidade do Sudoeste Baiano (50%). A média dos demais municípios ficou em torno de 45%.

4.1.2 A interdependência entre os atores sociais

A adoção do modelo de desenvolvimento local baseado em territórios foi deflagrada em 2003, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o objetivo de “promover cada vez mais o protagonismo dos atores sociais para a construção e governança do desenvolvimento de seus territórios” (ORIENTAÇÕES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO PTDRS, 2009, p. 6), por meio do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT).

A decisão do governo brasileiro em propor uma política nacional que apoiasse o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais foi resultado de um processo de acúmulos e de reivindicações de setores públicos e organizações da sociedade civil, que avaliaram como sendo necessária a articulação de políticas nacionais com iniciativas locais, segundo uma abordagem inovadora. Esta decisão teve como resultado a proposta de criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e a formulação do programa apresentado, e acolhido, no âmbito do Plano Plurianual do Brasil, 2004-2007, ora em tramitação no Congresso Nacional (BRASIL, 2003, p. 9).

Neste modelo, não cabe ao poder público atuar sozinho e dissociado da sociedade civil. Portanto, está pautado na formação de parcerias com os diversos atores sociais (BRASIL, 2003, p. 9).

Esse programa, a própria SDT, a Rede de Organismos Colegiados para o Desenvolvimento Rural Sustentável, os demais órgãos da administração pública federal com ações confluentes no desenvolvimento sustentável, os governos estaduais e municipais, e um vasto número de organizações da sociedade civil e movimentos sociais, além das próprias populações dos territórios rurais constituem a base política, institucional e humana desta proposta.

Esta iniciativa constitui-se um processo linear de quatro fases: mobilização dos atores sociais, discussão das demandas, construção do plano e implementação das demandas, conforme mostrado na Figura 03.

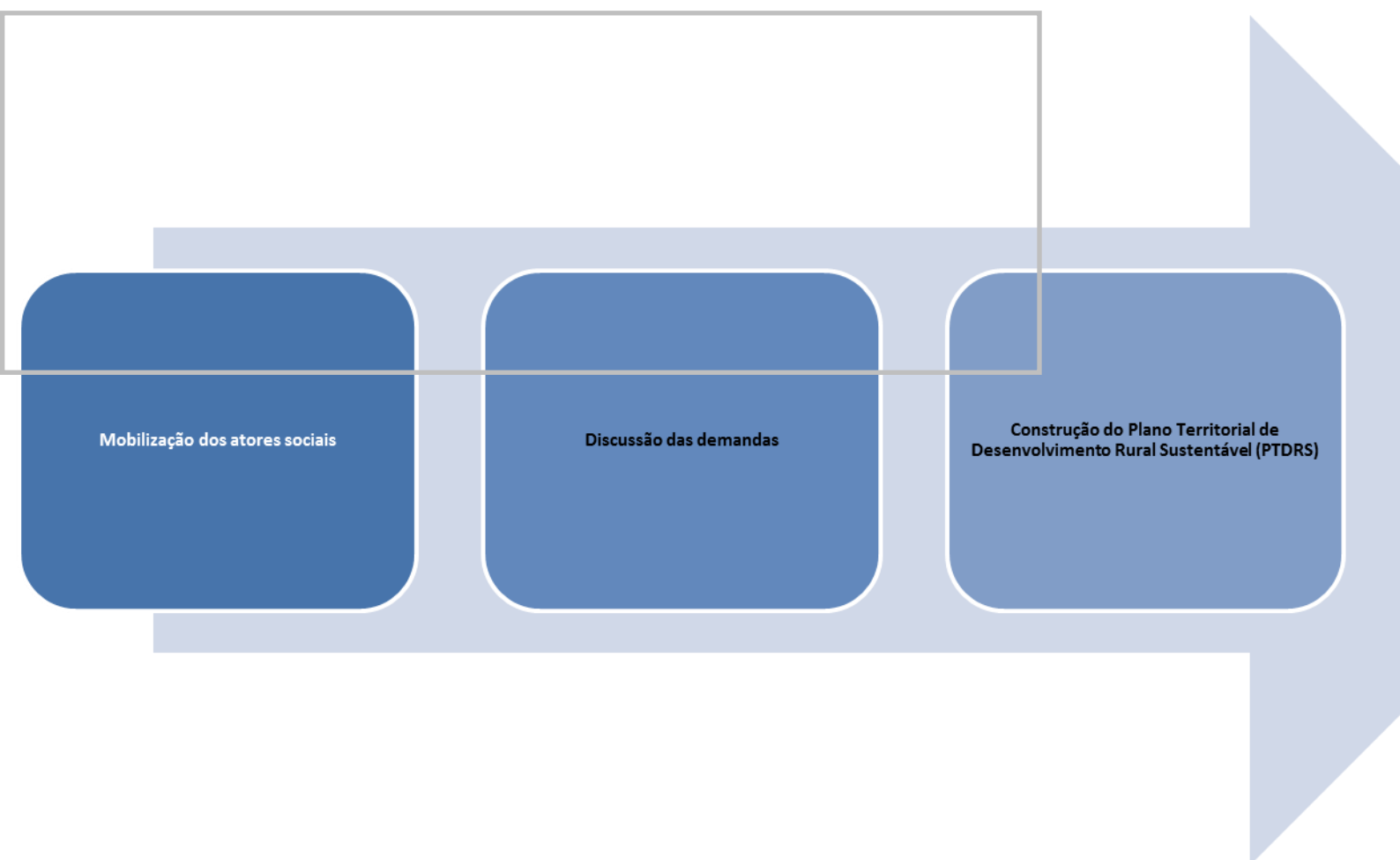


Figura 05: Etapas do processo de adoção do modelo territorial sustentável do Sudoeste Baiano.

Desta forma, no estado da Bahia, a partir de 2003, foi deflagrada a primeira etapa de implementação deste novo modelo: a mobilização do poder público e da

sociedade civil organizada (POLÍTICA TERRITORIAL DO ESTADO DA BAHIA). Em particular no Território de Identidade do Sudoeste Baiano, alguns atores do município de Vitória da Conquista fizeram o convite para os demais municípios – “Começou assim mesmo, perguntando quem quer participar do território”, de acordo com os relatos de alguns membros dos colegiados:

Nós, à época, realmente procuramos todas as instituições SUDIC, CDL, todas as instituições, sindicatos, associações, cooperativas, prefeituras. A gente buscou envolver todos esses, as igrejas. Nós procuramos a arquidiocese de Vitória da Conquista na época ainda era (diocese) (membro do colegiado - 5).

As nossas reuniões eram lindíssimas, enormes, lotadas, a última reunião mesmo que a gente fez lotou a quadra do colégio Juvêncio Terra (membro do colegiado - 5).

Então, as etapas começaram por aí, mobilização e, em seguida, as reuniões ampliadas onde tivemos a aprovação, elaboração do nosso regimento interno; onde nós elegemos nossa primeira coordenação. (membro do colegiado - 5).

Só participam as instituições sociais da sociedade civil e do poder público que têm atuação na região do território, não dentro de um município só, mas que podem ter atuação em mais de um município, segundo um dos membros do colegiado - 12:

Então, quem faz parte: SEBRAE, Ministério da Agricultura, representações de prefeituras, no caso das associações, os consórcios públicos, que são os consórcios de prefeitos consórcios, cooperativas que têm atuação, redes de cooperativas no caso que vai atuar, os movimentos MST, MPA, CETAG, CETRAF, que representam essa classe de trabalhadores de sindicatos. Essas instituições que têm atuação em mais de um município podem participar, desde que cumprindo as determinações do regimento interno.

Como resultado, no período de 2003 a 2006, foram mapeados 25 territórios (POLÍTICA TERRITORIAL DO ESTADO DA BAHIA, 2014). No Território de Identidade do Sudoeste Baiano, em 2006, foi assinado o Estatuto do Território da Região de Vitória da Conquista (primeiro nome deste território), que se constitui sob a forma jurídica de associação civil, sem fins lucrativos entre 21 organizações da

sociedade civil e os 24 municípios, representados por 13 instituições do poder público (municipal, estadual e federal), conforme mostrado na Figura 06. Um dos direcionadores de participação neste território é o critério da proporcionalidade – 60% de representantes da sociedade civil organizada e 40% do poder público (ESTATUTO DO TERRITÓRIO DA REGIÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2006).

ESTATUTO DO TERRITÓRIO DA REGIÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA (TRVC)

Pelo presente instrumento, as organizações da sociedade civil organizada, infra-assinados, Pólo Sindical da Região Sudoeste da Bahia, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, representado pela Associação Regional de Cooperação Agrícola (ARCA), Cáritas, Movimento dos Pequenos Agricultores, Comissão Pastoral da Terra, Grupo de Economia Popular, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, Centro de Ação Social (CEAS), Movimento dos Trabalhadores Desempregados, Coopasub, Instituto Mata de Cipó, Articulação do Semi-árido, Associação de Caprinovinocultores do Sudoeste - ACOS, Associação de Apicultores do Sudoeste - APIS-BA, Comunidade Eclesiais de Base (CEBS), Agentes de Pastoral Negros - APN's, Associação das Escolas Família Agrícola da Bahia - AECOFABA, União de Mulheres de Vitória da Conquista, Associação dos Cafeicultores da Bahia - ASSOCAFÉ, Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE) e Cooperativa de Assistência Técnica e Educacional Para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar - COOTRAF; e os municípios representados pelo Poder Público, Municipal, Estadual, Federal, também infra-assinados, Associação dos Municípios do Vale do Rio Gavião e Rio do Antônio (AMVAGRA), Associação dos Municípios da Região Sudoeste da Bahia (AMIRS), Prefeitura de Vitória da Conquista, Prefeitura Municipal de Poções, Prefeitura Municipal de Condeúba, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Banco do Nordeste (BNB), Banco do Brasil (BB), Universidade estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Secretaria de Combate à Pobreza e as Desigualdades Sociais do Estado da Bahia (SECOMP) e Departamento Nacional de Obras Contra Seca (DENOCS); constituem o Território da Região de Vitória da Conquista, denominado abreviadamente de TRVC, que será regido pelas normas contidas neste Estatuto.

CAPITULO I

DA CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO E SEDE

Art. 1º- O Território da Região de Vitória da Conquista (TRVC), constitui-se sob a forma jurídica de associação civil, sem fins lucrativos devendo reger-se pelo Código Civil Brasileiro e pela lei federal nº 9.790/99, art. 3º, itens VII e XII.

Parágrafo Único - Para todos os fins e efeitos, considera-se sócios fundadores do TRVC, todos os representantes do Poder Público Municipal, Estadual, e federal, legitimamente constituídos, Amvagra, AMIRS, Prefeitura de Vitória da Conquista, Prefeitura Municipal de Poções, Prefeitura Municipal de Condeúba, Ibama, Ministério da Agricultura, BNB, BB, UESB, EBDA, Secomp e Dnocs; pelas entidades representativas da sociedade civil organizada a seguir denominadas: Pólo Sindical, MST, Cáritas, MPA, CPT, GEP, FETRAF, CEAS, MTD, Coopasub, Instituto Mata de Cipó, ASA, ACOS, APIS, CEBS, APNS, AECOFABA, UBM, Assocafé, Sebrae e Cootraf.

Art. 2º - É facultado o ingresso de novo(s) sócio(s) no TRVC, a qualquer momento, desde que aprovado pela Assembléia Geral, devendo-se obedecer ao critério da proporcionalidade, ou seja, 60% de representantes da sociedade civil organizada e 40% do poder público.

Figura 06: Estatuto do Território da Região de Vitória da Conquista.

Fonte: Estatuto do Território da Região de Vitória da Conquista (2006, p. 1).

4.1.3 As pedras encontradas ao longo do caminho

Contudo, embora trata-se de uma configuração baseada na interdependência entre os atores sociais para identificar as necessidades locais e as soluções viáveis para alcançar os objetivos propostos, várias foram as **dificuldades** para conseguir o engajamento dos representantes dos municípios com esse modelo de desenvolvimento local baseado em territórios de identidade. Ou seja, uma identificação psicológica, satisfação, entusiasmo e, portanto, comprometimento com os seus objetivos e o desejo de se manter como parte dele.

Por exemplo, a **descrença** com o modelo no início da mobilização. Os ânimos dos atores sociais estavam bastante arrefecidos. Somente com o passar dos anos, foi se estabilizando, segundo os relatos de alguns membros dos colegiados:

No início, foi bem desacreditado, muito desacreditado, as pessoas não acreditavam. O apoio maior é daqui da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Mas, no decorrer do tempo, as coisas foram crescendo e as pessoas foram acreditando e acabou sendo implantado. Eu me lembro muito bem que a partir de dois mil e cinco mesmo que teve... alavancou e as pessoas começaram a perceber que o caminho era esse. (membro do colegiado - 11).

Outro entrave ao longo da mobilização diz respeito à **continuidade da participação** de alguns representantes tanto do poder público quanto da sociedade civil organizada. Ou seja, há uma alternância de tais atores ao longo dos diversos momentos de práticas relacionais (BOUWEN; TAILLIEU, 2004) realizados nos espaços da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, de hotéis da região etc. Embora, possa, de forma subjacente, se tratar de um trabalho voluntário, pois está ancorado na vontade desses atores sociais em participar efetivamente desse modelo de desenvolvimento local baseado em territórios de identidade, também se

trata de implementar uma política de estado cuja prática depende da corresponsabilidade de diversos atores sociais.

Queria colocar aqui, uma questão contínua da participação. Às vezes, num município, em uma reunião participa um conselho do desenvolvimento, na outra a secretaria, na outra é o sindicato. Então, a continuidade dos representantes, na continuidade da participação desde o planejamento ainda não tá entretido, que eu avalio que seja pela dificuldade de recurso, porque está em cima muito da vontade do povo de fazer, na vontade de querer participar de, de, de fazer a coisa acontecer e não uma rotina. Isso fica muito voluntariado! Acho que isso é mesmo uma política de estado, não só de voluntariado. (membro do colegiado - 09).

Construir algo que vai ser uma discussão bem participativa você consegue não de uma hora para outra. Sempre tem essas dificuldades, e essa política territorial nada mais é do que chamar o povo para responsabilidades, e discutir prioridades, e a hora que vai discutir prioridades. (membro do colegiado - 12).

E esta **rotatividade de representantes** pode contribuir para atrasar as discussões, devido à falta de assiduidade deles ao não acompanhar o que aconteceu nas reuniões anteriores, por exemplo.

Outra pessoa para vir na reunião, acho que tira sim, por não? Está participando tira um pouco do foco do que está acontecendo. A última reunião do território no mês de junho, eu não vim. Minha parceira não veio. Ninguém da prefeitura veio. Não sei o que aconteceu até agora! (membro do colegiado - 02).

Importante ressaltar que as dificuldades de descrença em relação ao modelo territorial proposto e a continuidade da participação de alguns atores sociais podem estar sendo agravadas devido à descrença em relação à política no contexto brasileiro, que está vivendo uma crise sem precedentes de confiança:

A descrença da política [...] no momento atual que nós vivemos, toda essa crise, nem todo mundo acredita e... construir algo voluntário dessa forma é, tem o sinônimo de política não partidária, nas políticas públicas (membro do colegiado - 05).

Nesse momento, é fazer com que as (pessoas) voltem a acreditar na política, no seu sentido mais amplo e, em especial, na política territorial porque, infelizmente, nós estamos vivendo uma crise sem precedentes da confiança na política (membro do colegiado - 05).

Outra dificuldade é a **ausência de representantes de alguns municípios** em função da indisponibilidade de recursos necessários, como falta de dinheiro para os deslocamentos, falta de tempo e eventualidades, como por exemplo, acometimento de doenças e, até mesmo, privilegiar o trabalho em detrimento de uma participação efetiva nas discussões. Logo, a participação do poder público é maior do que a participação da sociedade civil.

A participação de alguns parceiros, às vezes, como no meu caso, em [...], não poder vim direto para reunião por que estava doente; outra colega não poderia por que trabalha em outro município e a prefeitura não sei soube ou não soube, não enviou outro parceiro. (membro do colegiado - 02).

O poder público não percebe essa certa dificuldade no nível do estado, das instituições perceberem uma participação mais efetiva. Mas, o poder público no nível de município... A sociedade é que aponta a dificuldade financeira de condição de tempo disponível. Só que, acontece que você tem de trabalhar para se manter [...]. (membro do colegiado - 03).

A participação muito tímida da sociedade civil, devido às condições financeiras que tem para se deslocar; existe participação muito maior do poder público do que da sociedade civil. (membro do colegiado - 03).

Outros obstáculos incluem o **pouco reconhecimento por parte do executivo municipal** neste modelo de territórios, que insiste em formular e implementar políticas públicas ao invés de discuti-las no âmbito do território. Há resquícios do território, muito forte, melhor dizer, prefeito segue sozinho do que fazer essa é discussão do território, a nível de prefeitos, vereadores [...]" (membro colegiado – 03)

A gente fazia todo o processo via território. Não conseguíamos, muitas vezes, ir até o território. A gente ficava sabendo que aquele município que fez reivindicação, que é recebido via deputados e não passava pelo colegiado, nem pelo território, nem pelo executivo. Isso acontece até hoje, infelizmente, por que a política territorial passa por esse desafio que são as emendas parlamentares que a gente já tentou e vem tentando que essa emendas elas sejam territoriais, que passem por dentro do colegiado. (membro do colegiado – 05)

4.1.4 O aprendizado

Após 13 anos de política territorial, alguns aprendizados. Primeiro, a construção de um capital humano que, para os membros do colegiado, significa a aquisição de novas experiências e novos conhecimentos acerca das idiossincrasias do estado da Bahia, como a cultura, tamanho, realidades locais diferentes; o desenvolvimento de novas habilidades cognitivas e interpessoais, atitudes e conexões sociais:

A gente tem um capital social humano, fantástico hoje no estado da Bahia que dá pra você fazer a revolução social. Você conseguir juntar esse capital humano social que a política territorial tem a capacidade de fazer acontecer na vida das pessoas. Essa mudança, de forma de ver o desenvolvimento sem agredir o meio ambiente, com sustentabilidade para todos com todos, com todos, construído com todos e para todos. (membro do colegiado - 05).

Para mim avançou muito nesta questão de conhecimento e de melhoria mesmo de todos aspectos, que por exemplo eu conhecia pouco municípios aonde o território se encontra. Só tinha acesso a oito municípios onde tinha assentamentos. Através do território que vim ter conhecimento do 24 municípios do território, de localidade, de pessoas, de culturas. Agora, está sendo trabalhado esta questão das mulheres. Enfim, o território dá visibilidade, dá segurança, um apoio, uma unidade para todos estes municípios, todos esses movimentos sociais que têm acontecido na região (Membro do colegiado - 04).

Eu creio que até hoje a gente trabalha com a sensibilização né, dessas pessoas, desses atores, porque a pessoa ele precisa sentir pertencimento, que pertence a esse território, que pertence a essa região, e que nós fazemos a história, com protagonismo, então, é... esse é o grande desafio (Membro do colegiado - 01).

Segundo, este modelo tem criado condições que facilitam a discussão dos problemas e necessidades locais, bem como a divulgação das políticas públicas por meio de diversas práticas relacionais (BOUWEN; TAILLIEU, 2004), como os espaços das reuniões, encontros, conferências:

Na minha visão, nos temos avançado bastante em todos os aspectos: conhecimento, da formação, do debate das políticas públicas, dos problemas, das experiências, infraestrutura, que têm vindo para Vitória da

Conquista e para outros municípios através do território como carros, caminhões, tratores, patrol, caçamba. Assim, varias infraestruturas. As transformações foram imensas. (Membro do colegiado - 04).

A criação do polo de Condeúba, Poções e Conquista. A vinda destas maquinas e equipamentos da prefeitura, e os editais da CAR reprodutiva, garantia de safra, produção de sementes, canteiro de palmas, distribuição de mudas. (Membro do colegiado - 11).

Eu vejo também que território avançou porque criamos alguns núcleos importantes para o território, como as câmeras temáticas: mulheres, juventude, cultura e inclusão produtiva. [...] já foram realizados encontros, conferencia de juventude, seminários, reuniões. Neste momento, estamos com desafio de criar os 24 comitês de mulheres dos 24 municípios. (Membro do colegiado - 11).

Há cinco anos que vem acontecendo, várias conferências, conferências de mulheres, de segurança alimentar. Então, o território tem mobilizado essas pessoas e esses municípios para participarem destas conferências, do debate das questões das politicas, das leis municipais, estaduais, federais. (Membro do colegiado - 01).

Em terceiro lugar, uma resultante desse capital humano, é a deflagração de um movimento para empoderar alguns atores sociais para que se tornem protagonistas ao longo deste debate, como jovens e mulheres (SPREITZER, 1996). A inclusão de jovens e mulheres dentro dos processos de debates de construção territorial:

Eu queria destacar uma questão do empoderamento social de várias pessoas que surgiram assim... Várias lideranças que tiveram oportunidades, por exemplo, [... citação de nomes]. São vários empoderamentos sociais, elevando o capital humano. (Membro do colegiado - 11).

São políticas inclusivas, participativas, de empoderamento, dos jovens, das mulheres, dos movimentos sociais. (Membro do colegiado - 03).

Em quarto lugar, a própria criação da Secretária de Desenvolvimento Territorial (SDR), que foi uma questão pautada pelos territórios. Logo, um outro avanço das organizações sociais ligadas ao meio rural são as próprias ações de

assistência técnica do governo que têm contribuído muito pra isso. As chamadas públicas de assistência técnica, porque elas passam a ser também territoriais.

Finalmente, é o único estado brasileiro no qual a política territorial é garantida por lei – a lei 13.214, de 29 de dezembro de 2014. Segundo um dos membros do colegiado - 05: “Foi uma luta muito grande que já vinha sendo batalhada há muito tempo. Isso nos dá garantia da política, mas das ações infelizmente ainda não, então o estágio que a gente encontra agora é de efetivação no Estado da Bahia”. Em função desse esforço, no estado da Bahia, a educação e a cultura são territorializadas. “Então são avanços nós estamos nesse estágio. Agora, não é o fato dizer que é territorializado que as coisas acontecem automaticamente por que a cabeça das pessoas não são ainda territorializadas. Neste sentido, até o Estatuto do Território da Região de Vitória da Conquista é um dos aprendizados deste grupo, discutido no item 4.1.2 acima.

Ainda assim, pelo menos, já tem uma parte da sociedade pensando no conjunto como todo (Membro do colegiado - 14). É uma organização coletiva (Membro do colegiado – 02). A falta de uma visão compartilhada com foco no coletivo para um dos membros do colegiado foi um dos maiores obstáculos para a efetivação desse modelo. Os atores sociais partem de um modelo mental individualista, isto é, pensam somente nos próprios interesses e espaços. Tal visão não é ampliada com facilidade para um modelo mental coletivista:

Eu acho que o maior obstáculo, na minha opinião, é a pessoa, o ser humano entender essa política como uma política de desenvolvimento de uma região. É sair da sua, do seu espaço e pensar o território, pensar uma região, por que não adianta um município só desenvolver, se o vizinho não desenvolve [...]. Acho que o maior obstáculo é você sair do seu egoísmo, de pensar só em você, só seu espaço, só no seu município e pensar no território, em todos os municípios. (Membro do colegiado - 05).

Essa questão tem sido extremamente importante, porque antes da conversão do território, chegava simplesmente a prefeitura, os movimentos

e organizações sociais do município, associação, sindicato, cooperativas que não tinham acesso da forma que tem hoje dentro do território e diversas oficinas, todas políticas são informadas as organizações sociais. Agora mesmo, temos essa modalidade de debater, discutir, socializar dentro do território. (Membro do colegiado - 04).

Como resultado das dificuldades e do aprendizado, as demandas locais do Território de Identidade do Sudoeste Baiano foram mapeadas e categorizadas em quatro dimensões: Formação Cidadão, Infraestrutura, Estrutura Fundiária e Desenvolvimento Econômico e Ambiental. A Tabela 06 mostra o detalhamento para cada uma delas. Trata-se de um entendimento e diálogo com as necessidades locais (LIZUKA; GONÇALVES-DIAS), de uma busca por ações de redução das desigualdades regionais (CEC, 2004) e valorização dos recursos, da história, da dinâmica e das potencialidades regionais (AGUERRE, 2012).

O Território de Identidade do Sudoeste Baiano está, atualmente, na terceira fase deste processo de adoção do modelo territorial sustentável – Construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário (PTDRSS). Trata-se de uma etapa que aborda as questões referentes às concepções de desenvolvimento, e supera a discussão sobre centralidade referente aos aspectos econômicos e políticos. Ou seja, uma visão multifocal para integrar a preocupação com os aspectos sociais, econômicos e ambientais no Território Sudoeste Baiano.

O Plano é apresentado em formato de uma Matriz que vincula eixos do desenvolvimento sustentável territorial com os respectivos objetivos. A partir dessa Matriz serão construídos Planos de Ações territoriais onde serão detalhados os aspectos operacionais.

Levantamento das demandas locais			
Formação Cidadão	Infraestrutura	Desenvolvimento Econômico e Ambiental	Estrutura Fundiária
• Criar extensões de universidades/faculdades em municípios do território visando oferecer novas vagas no ensino superior, assim como de Implantação de Escola Técnica; Pedagógica para a Educação contextualizada do campo • Investimento e disponibilização de recursos financeiros específicos para a assistência e permanência estudantil nas universidades; • Fortalecer os consórcios públicos e o colegiado territorial • Instrumentalizar o colegiado territorial e os CMDs para o controle e acompanhamento social na execução de políticas públicas e dos instrumentos de planejamento	• Ampliar a oferta de água para consumo humano, para as atividades da agricultura familiar e produção através de sistemas simplificados, barragens, cisternas) • Implantar o armazém da agricultura familiar • Ampliar programas habitacionais para área rural e cidades abaixo de 50 mil habitantes e faixa salarial de 0 a 3 salários-mínimos • Reformar, recuperar e construir rodovias, estradas intermunicipais e vias que interligam os municípios do território • Abertura e manutenção de UPAs – Unidade de Pronto Atendimento, nos municípios do território • Ampliar e equipar o Hospital Geral de Vitória da Conquista para atender todo o território • Construção de centro de acolhimento e implantação da Casa Abrigo para vítimas de violência doméstica • Fortalecer e/ou construir hospitais regionais disponibilizando equipamentos e pessoal especializado • Garantir a implantação plano de saneamento básico e resíduos sólidos em todos os municípios do território • Construir e aparelhar os espaços para prática de esporte e lazer • Estruturação da rede elétrica • Limpeza de Açudes e Córregos	• Fortalecimento da agricultura familiar com base agroecológica e incentivo à criação de cooperativa e estruturas para comercialização dos produtos • Construção de um Frigorífico Abatedouro nos polos, voltado para caprinocultura, ovinocultura, suinocultura • Construção de laticínio nos polos Poções e Vitória da Conquista e aquisição de estrutura fria; adequar e equipar o laticínio de Condeúba • Aproveitar áreas desmatadas, fazer análise de solos, correção do solo para produzir todo ano • Melhorar o escoamento da produção • Controle dos impactos dos agrotóxicos • Regularização fundiária priorizando quilombolas, fundos de pastos e regiões de conflitos com investimento em infraestrutura	Regularização fundiária priorizando quilombolas, fundos de pastos e regiões de conflitos com investimento em infraestrutura.

Quadro 04: Mapeamento das demandas locais.

Fonte: Matriz PTDRSS (Plano Territorial de desenvolvimento Sustentável e Solidário).

Elaborado pelo autor.

Capítulo 5

5 DISCUSSÃO DOS DADOS

Os elementos analisados ao longo do processo de adoção do modelo territorial sustentável do Sudoeste Baiano mostram que é possível interpretar que tais questões são importantes o suficiente para que os atores sociais invistam o tempo e outros recursos em um processo de aprendizagem social territorial sustentável (RIDDER; MOSTERT; WOLTERS, 2005). Posto isto, como ocorre tal processo?

Primeiro, ao contrário dos projetos de gestão de recursos naturais (BOUWEN; TAILLIEU, 2004; CUNDILL et al., 2014; D'ANGELO; BRUNSTEIN, 2014); gestão de crise econômica e seus impactos no fornecimento de serviços públicos (BROTO; DEWBERRY, 2016), o fator deflagrador deste processo de aprendizagem social territorial sustentável são as assimetrias de desenvolvimento entre regiões urbanas e rurais e mesmo entre as regiões centrais e periféricas (HISTÓRICO DA POLITICA TERRITORIAL DA BAHIA).

Em segundo lugar, há uma interdependência entre os atores sociais para implementar o modelo de desenvolvimento local baseado em territórios (BRASIL, 2003). A chamada por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), refere-se à adoção de um modelo baseado na participação e colaboração entre diversos públicos de interesse – poder público e sociedade civil (KEEN; BROWN; DYBALL, 2003). Além disso, ao contrário de projetos nos quais o papel do governo é aplicar um conjunto de regras e instrumentos legais norteadores das ações de forma coercitiva (D'ANGELO; BRUNSTEIN, 2014; REED et al., 2010), no Território de Identidade do Sudoeste Baiano, trata-se de um conjunto de regras e instrumentos

legais para incentivar a adoção do modelo de territorialidades. Ou seja, a participação e o engajamento entre governo e os atores sociais deste território é coativa, na qual os todos os atores atuam e negociam de forma colaborativa (KEEN; BROWN; DYBALL, 2003). Em outras palavras, o governo assume um papel diferenciado, não tendo que abandonar as suas responsabilidades, mas sim, um compartilhar responsabilidades com os demais atores sociais (RIDDER; MOSTERT; WOLTERS, 2005).

Em terceiro lugar, as várias dificuldades enfrentadas pelos atores sociais para se chegar a um consenso para conseguir o engajamento dos representantes dos municípios com esse modelo de desenvolvimento local. Por exemplo, a descrença inicial com esta iniciativa, a alternância dos atores ao longo dos diversos momentos de práticas relacionais (BOUWEN; TAILLIEU, 2004). Por conseguinte, a rotatividade de representantes do poder público e da sociedade civil organizada. Outras dificuldades dizem respeito à ausência de representantes de alguns municípios em função da indisponibilidade de recursos necessários e ao pouco reconhecimento por parte do executivo municipal neste modelo de territórios.

Juntos, esses três elementos pressupõem que, desde o começo, de forma subjacente, tem havido um processo de aprendizagem social territorial sustentável (BOUWEN; TAILLIEU, 2004; RIDDER; MOSTERT; WOLTERS, 2005). Além disso, ao longo das primeiras fases – mobilização dos atores sociais e discussão das demandas – observa-se “um processo onde as pessoas têm tido experiências concretas e têm aprendido cada vez mais e, de forma profunda, à medida que refletem sobre essas experiências” (REED et al., 2010, online).

Tal aprendizado foi iniciado com a aquisição de conhecimento acerca das idiossincrasias do estado da Bahia, como a cultura, tamanho, realidades locais

diferentes, ou seja, ainda no nível de superfície. A discussão dos problemas e das necessidades locais, bem como a divulgação das políticas públicas são facilitadas por meio de diversas práticas relacionais (BOUWEN; TAILLIEU, 2004), como os espaços das reuniões, encontros, conferências. Assim, esta base de compartilhamento de conhecimentos e experiências, ao longo dos 13 anos deste processo, tem permitido o aprofundamento do aprendizado, pois tem havido o desenvolvimento de novas habilidades cognitivas e tais práticas relacionais favorecem o desenvolvimento de novas habilidades interpessoais e de novas conexões sociais. Ou seja, os atores sociais têm sido “capazes de extrair conceitos abstratos a partir dessas experiências e aplicar o que aprenderam por meio de experimentação ativa” (REED et al., 2010, online). Tanto que uma resultante desse capital humano, é a deflagração de um movimento para empoderar alguns atores sociais – mulheres, jovens – (SPREITZER, 1996), para que se tornem protagonistas ao longo deste debate. Trata-se, portanto, de mudança de atitudes, no nível individual e grupal. Tem havido mudanças de crenças no nível epistemológico.

Outras resultantes são a criação da Secretária de Desenvolvimento Territorial (SDR), a promulgação da Lei 13.214, de 29 de dezembro de 2014, pautadas pelos territórios e municípios, e o mapeamento de cerca de 25 demandas sociais mostram que o aprendizado coletivo superou o aprendizado individual. Este aprendizado reforça, no Território de Identidade do Sudoeste Baiano, que o conjunto de regras e instrumentos legais legitimam uma relação cocriativa e coativa entre governo e os demais atores sociais para implementar de fato um modelo de territorialidades. Ou seja, a partir do compartilhamento do conhecimento foi possível criar novos entendimentos e papéis e responsabilidades, bem como estabelecer agenda própria para que possam agir de forma colaborativa (KEEN; BROWN; DYBALL, 2003).

Portanto, tais constatações mostram que tem havido mudança no nível de habilidades cognitivas, interpessoais, atitudes que vão muito além dos indivíduos ou de pequenos grupos. Isto é, abarca 21 organizações da sociedade civil, 13 instituições do poder público (municipal, estadual e federal) dos 24 municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, além de abarcar os nove territórios de identidade do estado da Bahia (a Lei 13.214). Em outras palavras, tem havido um processo de aprendizagem social territorial sustentável que tem ido “além dos indivíduos ou pequenos grupos para tornar-se situado dentro das unidades sociais mais amplas ou comunidades de prática” (REED et al., 2010, online).

Diante desta discussão, emerge uma proposição de um modelo baseado em seus antecedentes e consequentes, conforme Figura 7, para discutir um processo de aprendizagem social territorial sustentável envolvendo as etapas de mobilização dos atores sociais e de discussão das demandas.

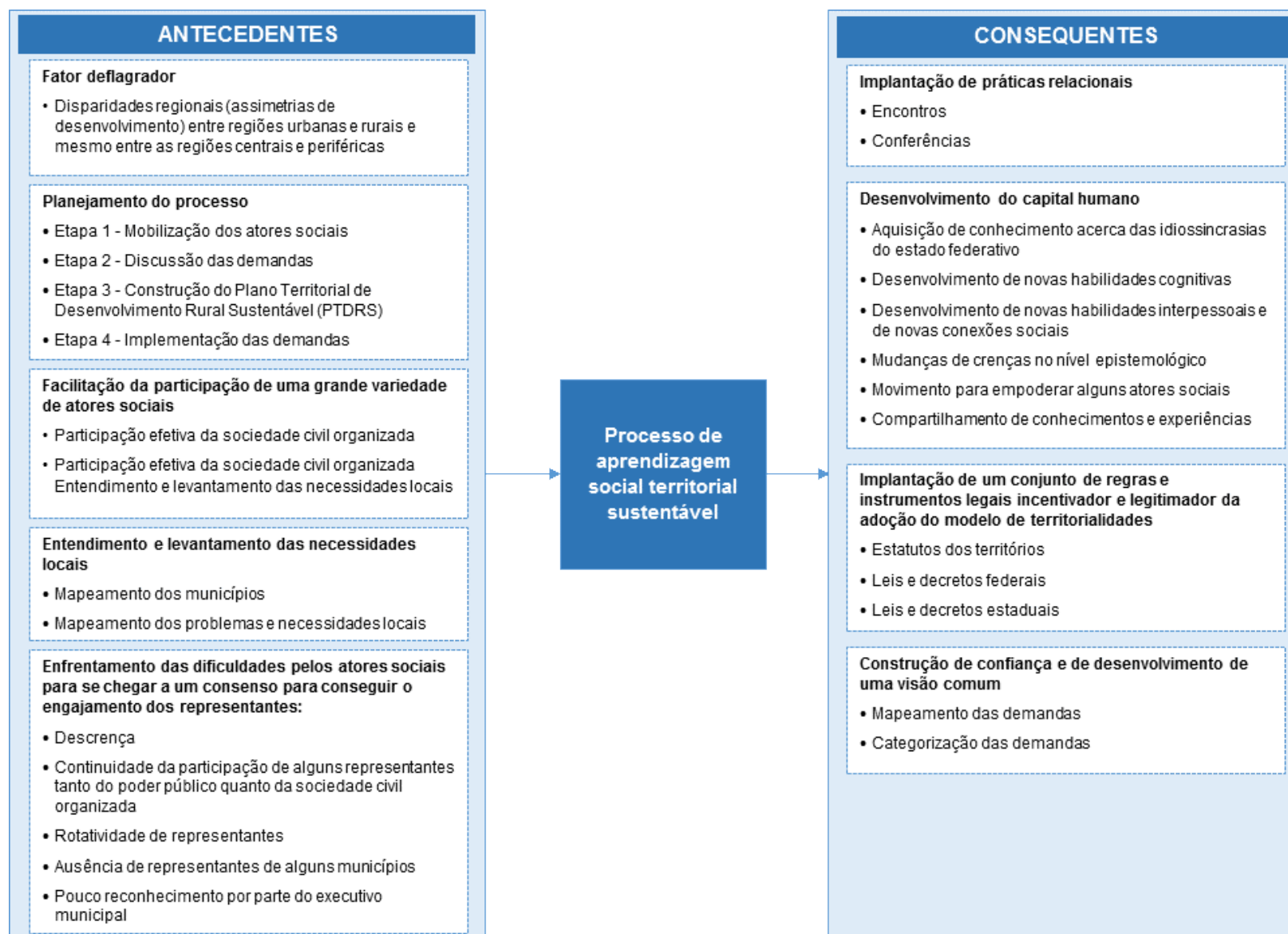


Figura 07: Antecedentes e consequentes de um processo de aprendizagem social territorial sustentável.

Fonte: Elaboração do autor.

Capítulo 6

6 CONCLUSÃO

Ao identificar os elementos do processo de aprendizagem social para a sustentabilidade em um território de identidade e discutir de que forma acontece a interação entre os atores e entre as políticas públicas para o desenvolvimento das propostas que visem mudanças sociais duradouras, algumas discussões emergem desta discussão.

Primeiro, desde 2003, no Território de Identidade do Sudoeste Baiano tem sido deflagrado tanto um processo de adoção de um modelo de desenvolvimento local baseado em território como um processo de aprendizagem social territorial sustentável. Tem sido um processo lento. A política de desenvolvimento territorial tem o objetivo de se adequar às ações governamentais, por meio de estratégias adotadas para cada região, em resposta às necessidades locais, de forma a oferecer alternativas inovadoras para buscar o desenvolvimento. Já a aprendizagem social para a sustentabilidade significa aprender em conjunto com vários atores sociais passando pela construção da confiança e pelo desenvolvimento de uma visão comum. Além disso, ambos os processos, compartilham alguns elementos, como a descentralização, a participação da sociedade civil organizada, considerada peça-chave para que ocorra mudança de pensamento e atitude. Em particular, o governo tem o papel de ouvir as instituições e construir os projetos em consonância com as necessidades e realidades locais.

Segundo, em função desses processos, têm ocorrido mudanças sociais, tanto na perspectiva epistemológica (novos conhecimentos) quanto ontológica

(transformações nos indivíduos), nos níveis individuais e unidades sociais mais amplas ou comunidades de prática, tanto nos contextos locais como regionais. Logo, de forma subjacente, desde o começo também já foi deflagrado um processo de aprendizagem social territorial sustentável.

Terceiro, devido às dificuldades enfrentadas e, também por se tratar de mudança de modelos mentais moldados desde o período pré-colonial, tanto o processo de adoção de um modelo de desenvolvimento local baseado em território como o processo de aprendizagem social territorial sustentável tem sido um processo lento. Neste caso, as evidências mostram a complexidades de ambos os processos, pois envolvem demandas para além das econômicas, ambientais, sociais, envolve formação e colaboração de pessoas com objetivos comuns.

Em termos de contribuições teóricas, contribui para mostrar como ocorre um processo de aprendizagem social para sustentabilidade em diferentes sistemas sócio-ecológicos e até que ponto é facilitada por processos participativos, em particular em um processo de adoção de um modelo de desenvolvimento local baseado em território. As evidências empíricas corroboram que de fato ocorrem mudanças sociais, tanto na perspectiva epistemológica (novos conhecimentos) quanto ontológica (transformações nos indivíduos), nos níveis individuais e unidades sociais mais amplas ou comunidades de prática. Também contribui para a literatura ao ampliar estudos nessa temática a partir da perspectiva social e discutir com comprovação empírica as dimensões epistemológica e ontológicas deste processo de aprendizagem social, que também são pouco discutidas na literatura.

Em termos práticos, contribui ao apresentar um modelo teórico-empírico com base nos antecedentes e consequentes de um processo de aprendizagem social

territorial sustentável, que pode ser ampliado para avaliar como ocorre tal processo em outros territórios de identidade tanto da Bahia quanto do restante do Brasil.

Desta forma, por se tratar de um estudo de caso único e, apesar de ter utilizado várias fontes de dados e várias fontes teóricas, recomenda-se a replicação deste em outros contextos, como por exemplo, outros modelos de Território no Brasil e no mundo, assim como estudos longitudinais, como sugestão de pesquisas futuras, para comparação dos resultados obtidos.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Neil; COTELLA, Giancarlo; NUNES, Richard. **The Engagement of Territorial Knowledge Communities with European Spatial Planning and the Territorial Cohesion Debate: A Baltic Perspective.** European Planning Studies, 2014 Vol. 22, No. 4, 712–734.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável/Ministério do Desenvolvimento Agrário; com o apoio técnico e cooperação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura/IICA - Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condraf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003.**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Presidência da Republica, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 15/02/ 2016.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula.** 5.ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

BROTO, Vanesa Castán; DEWBERRY, Emma. Economic crisis and social learning for the provision of public services in two Spanish municipalities. **Journal of Cleaner Production**, v. 112, p. 3018-3027, 2016.

CORREA, Roberto Lobato. (org.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CUNDILL, J. et al. **A reflection on the use of case studies as a methodology for social learning research in sub Saharan Africa.** NJAS - Wageningen Journal of Life Sciences 69 (2014) 39–47, 2014.

D'ANGELO, M.J.; BRUNSTEIN, J. **Social learning for sustainability: supporting sustainable business in Brazil regarding multiple social actors, relationships and interests.** International Journal of Sustainable Development & World Ecology. v. 21, n. 3, p. 273-289, 2014.

DLOUHÁ, Jana et al. Social learning indicators in sustainability-oriented regional learning networks. **Journal of Cleaner Production**, v. 49, p. 64-73, 2013.

DUNCAN, Marcelo. **Desenvolvimento Rural: Território e Redes.** (tese de doutorado); UFRRJ; Rio de Janeiro, 2013.

FAVARETO, Arilson. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural: mudança institucional ou inovação por adição?** Estudos Avançados. São Paulo, v. 24, n. 68, p. 299-319, 2010.

FREITAS, Alan Ferreira de, FREITAS, Alair Ferreira de e DIAS, Marcelo Miná. **Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento territorial**. V. 4, N. 1, 2012.

FLORES, Murilo. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento - Uma visão do estado da arte**. 2006.

FLORES, J. GIL. **Análisis de datos cualitativos: aplicaciones a la investigación educativa**. Barcelona: PPU, 1994.

GARCES, Ariel e SILVEIRA, José Paulo. **Gestão pública orientada para resultados no Brasil**. V.4, N. 53, 2002.

HANTLEY, J.F. Case studies in organizational research. In: CASSELL, Catherine & SYMON, Gillian, (Ed.). **Qualitative methods in organizational research: a practical guide**. London: Sage, p. 208-229, 1994.

HARMONICOP (2003). **Public participation and the European Water Framework directive. Role of Information and Communication Tools**. Work Package 3 report of the HarmoniCOP project. P. Maurel, ed. K.U. Leuven – Centre for Organizational and Personnel Psychology.

JACOBI, P.R. (2004). **“A gestão participativa de bacias hidrográficas no Brasil e os desafios do fortalecimento de espaços públicos colegiados”**. In: Coelho, V.; Nobre, M. (orgs.) **Participação e Deliberação**. São Paulo: Editora 34, pp. 270-289.

JACOBI, P. R. et Al. **“Aprendizagem Social, práticas educativas e participação da sociedade civil como estratégias de aprimoramento para a gestão compartilhada em bacias hidrográficas”**. São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 2, p. 5-18, abr./jun. 2006.

_____. Pedro R. **“Governança da água e Aprendizagem Social no Brasil”** Sociedad hoy, núm. 15, 2008, pp. 25-44, Universidad de Concepción, Concepción Chile.

LIZUKA, Edson Sadao; DIAS, Sylmara Lopes Francelino Gonçalves e AGUERRE, Pedro. **Reflexões sobre o desenvolvimento territorial sustentável, gestão social e cidadania deliberativa: o caso da bacia do rio Almada (BA)**. 2012.

LIEBSCHER, P. **Quantity with quality. Teaching quantitative and qualitative methods in a LIS Master's program**. Library Trends, v. 46, n. 4, 1998, p. 668-680.

MENDONÇA, N. e Ortega, A.C. **"Estratégias de desenvolvimento territorial rural: Governo FHC x Governo Lula"**. In: Anais do X Encontro Nacional de Economia Política. Campinas, SEP.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Estud. av. vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001.

OLIVEIRA, F. **Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local?** In: CACCIA-BAVA, S.; PAULICS, V.; SPINK, P. (Org.). Novos contornos da gestão local: conceitos em construção. São Paulo: Pólis, 2002.

PAULA, J. **Territórios, redes e desenvolvimento.** In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Brasília: Sebrae, 2004.

PAULILLO, L.F. **Redes de poder & territórios produtivos.** São Carlos: Rima Editora da UFSCar, 2000.

PETRIDOU, Evangelia.; IOANNIDES, Dimitri. **Conducting creativity in the periphery of Sweden: A bottom-up path towards territorial cohesion.** Creative Industries Journal, Volume 5, 2012.

RIDDER, D.; MOSTERT, E.; WOLTERS, H. A. **Learning together to manage together – improving participation in water management** (Project 'Harmonising Collaborative Planning'). University of Osnabruck, Institute of Environmental Systems Research: Alemanha, 2005.

_____. **O processo de aprendizagem social nos comitês ou conselhos voltados às questões de desenvolvimento sustentável.** VIII Encontro de estudos Organizacionais da ANPAD, 8, 2014, Gramado. Anais... Gramado: Eneo, 2014b.

RODELA, R. **Social Learning, Natural Resource Management, and Participatory Activities: A reflection on construct development and testing.** NJAS - Wageningen Journal of Life Sciences 69 , P. 15–22, 2014.

RÜCKERT, Aldomar. **Reforma do estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades.** GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 17, p. 79-94, 2005.

SABOURIN, E. **Desenvolvimento rural e abordagem territorial.** In: Sabourin e Teixeira (org) **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais.** DF: Embrapa, p. 21/37, 2002. 68.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2005.

SCHNEIDER, Sérgio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas.** Sociologias, v. 6, n. 11, p. 88-125, 2004.

SILVA, Filipe P. M. **Desenvolvimento Territorial: a experiência do Território do Sisal na Bahia.** 2012. 251 f. Dissertação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG.

SILVA, Regina e SATO, Michèle. **Ambiente & Sociedade.** Campinas. v. XIII, n. 2 , p. 261-281 , jul.-dez. 2010.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa;

Sustentabilidade em Debate – Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. v. 4, n. 2 (2010 - 2013). – Brasília.

TENÓRIO, G. **Gestión pública o gestión social? Un caso de estudio.** Revista Chilena de Administración Pública, Chile, v. 2, n.4, p. 78-96, 2003.

WALS, A. E.J. RODELA, R. **Social learning towards sustainability: Problematic, perspectives and promise.** NJAS - Wageningen Journal of Life Sciences 69 , p. 1–3, 2014.

VERGARA, S.C. **Projeto e relatórios de pesquisa em administração.** 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VILELA, S.L.O. (2002). **Apoio aos Atributos Territoriais da Agricultura Familiar: O mel no Piauí.** In: SABOURIN, Eric e Teixeira, Olívio (orgs). Planejamento do Desenvolvimento dos Territórios Rurais ã Conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: UFPB/CIRAD/EMBRAPA. pp. 143-196.

YIN. R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3 ed., Porto Alegre: Bookmam, 2005.

ZANELLI, J. C. **Pesquisa qualitativa em estudo de gestão de pessoas.** Estudos da Psicologia, n.7, p. 79-88, 2002.